

**PEDAGOGIA DO MST E
CURRÍCULO: para além dos
conhecimentos autorizados**

**MST PEDAGOGY AND
CURRICULUM: beyond
authorized knowledge**

**PEDAGOGÍA DEL MST Y
CURRÍCULO: más allá del
conocimiento autorizado**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-
1579.2021v14n3.60697

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Resumo: O presente artigo, apresenta estudo de natureza bibliográfica, excerto de Dissertação de Mestrado em desenvolvimento, tendo como objetivo geral analisar a construção e os princípios que regem o currículo da Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST. Nos resultados parciais que obtivemos, podemos perceber que apesar de manter uma relação estreita com o currículo tradicional, a Pedagogia do MST ultrapassa as barreiras burocráticas vinculando-se à realidade política e visando a introdução e o ensino de conteúdos que auxiliam na construção do sujeito Sem Terra e na luta pela transformação social. Com prioridade para os conteúdos formativos socialmente úteis, o currículo da Pedagogia do MST é desenvolvido a partir da realidade próxima dos educandos e educandas e através das experiências práticas em e para além da sala de aula, inspirada no pensamento de Paulo Freire.

Palavras-chave: MST. Currículo. Pedagogia do Movimento.

Recebido em: 01/05/2018
Aceito em: 03/08/2018
Publicação em: 31/08/2018

Ana Maria Baldo

Mestranda em Educação

Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul, Brasil.

E-mail: ana-baldo@uergs.edu.br

Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-7973-
1345](https://orcid.org/0000-0002-7973-1345)

Elisete Enir Bernardi Garcia

Doutora em Educação

Professora da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil.

E-mail: elisete-bernardi@gmail.com

Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-1211-
3059](https://orcid.org/0000-0002-1211-3059)

Como citar este artigo:

BALDO, A. M.; GARCIA, E. E. B. PEDAGOGIA DO MST E CURRÍCULO: para além dos conhecimentos autorizados. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 3, p. 1-14, 2021. ISSN1983-1579. DOI: [https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-
1579.2021v14n3.60697](https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n3.60697)

Abstract: This article, which is bibliographical in nature, an excerpt from a Master's Thesis in progress, aims to analyze the construction and principles that govern the curriculum of the Pedagogy of the Landless Workers Movement - MST. In the partial analyzes we obtained, we can see that despite maintaining a close relationship with the traditional curriculum, MST Pedagogy overcomes bureaucratic barriers, linking itself to political reality and aiming at the introduction and teaching of contents that help in the construction of the subject Without Land and in the struggle for social transformation. Prioritizing socially useful educational content, the MST Pedagogy curriculum is developed from the reality close to male and female students and through practical experiences in and beyond the classroom.

Keywords: MST. Curriculum. Pedagogy of the Movement.

Resumem: Este artículo, de carácter bibliográfico, extracto de una Tesis de Maestría en curso, tiene como objetivo analizar la construcción y principios que rigen el currículo de la Pedagogía del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST. En los análisis parciales que obtuvimos, podemos ver que a pesar de mantener una estrecha relación con el currículo tradicional, la Pedagogía MST supera las barreras burocráticas, vinculándose a la realidad política y apuntando a la introducción y enseñanza de contenidos que ayuden en la construcción de la asignatura Sin Tierra y en la lucha por la transformación social. Priorizando contenidos educativos de utilidad social, el currículo de Pedagogía MST se desarrolla a partir de la realidad cercana a los estudiantes y a través de experiencias prácticas dentro y fuera del aula.

Palabras-clave: MST. Currículum. Pedagogía del Movimiento.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo está vinculado à Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, intitulada *Pedagogia do MST: contribuições para a escola pública de Educação Básica*, na linha de atuação Currículos e Políticas na Formação de Professores. As análises parciais que obtivemos nos possibilitam demonstrar de que modo a Pedagogia do Movimento Sem Terra (MST) construiu um currículo diferenciado, que apesar de vinculado ao currículo tradicional consegue incorporar e modificar sua construção e materializar um currículo próprio para as escolas vinculadas ao Movimento.

A história brasileira foi construída e alicerçada com base em grandes propriedades de terra, que trouxeram miséria e sofrimento à grande parte da população. Há mais de 500 anos, as famílias camponesas sofrem com a implantação e permanência do latifúndio, com a miséria e injustiça que ele acarreta, marginalizando milhares de famílias camponesas em nosso país. Em contraponto a esse contexto de injustiça social foi criado o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST buscando a Reforma Agrária e a soberania nacional. Na busca por igualdade, o MST assenta a educação como base para sua luta rumo à ascensão popular e à transformação social, e para isso se utiliza da escola; uma escola diferente do modelo de escola que costumamos encontrar; uma escola mantida pelo poder público, mas com metodologias, currículo, planejamento e organização diferenciados. A Pedagogia do Movimento se assenta nos princípios da emancipação humana, da transformação social e da percepção da opressão. O Movimento busca com sua pedagogia criar no homem e na mulher Sem Terra¹, e através dele, a consciência da exclusão e da opressão a que estes estão submetidos e, partindo dessa consciência, alterar a sociedade rumo a uma nova forma de existir e estar no mundo.

¹ Gostaríamos aqui de fazer um esclarecimento acerca da utilização do termo Sem Terra. Comumente se usa o termo sem-terra, em letras minúsculas e com hífen para designar aqueles que não tem acesso ou a propriedade da terra, ou seja, o camponês e camponesa que não possuem terra. Já o termo que empregamos aqui “Sem Terra” com iniciais maiúsculas e sem o uso do hífen, enquanto nome próprio, como designação de um sujeito que pertence ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, seja ele sem-terra acampado aguardando a Reforma Agrária, seja ele um assentado já proprietário de seu pedaço de chão, representando seu pertencimento à luta coletiva do MST. O Sem Terra é aqui uma identidade. Esclarecemos também que sempre que nos utilizarmos do termo Movimento, com a inicial maiúscula estaremos nos referindo ao MST. Esses conhecimentos foram adquiridos pela primeira autora no tempo em que residiu no Acampamento Oziel Alves, do MST, no município de Sarandi no Rio Grande do Sul. Mais esclarecimentos acerca dessa nomenclatura podem ser encontrados em: CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento dos Sem –Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

A atual conjuntura nacional está constantemente marcada pelo que Souza (2017) intitula *pacto antipopular*, feito entre a elite capitalista e os setores da classe média brasileira. A classe média, segundo o autor, serve às frações mais conservadoras da elite - elite essa que as explora e as usa para sua manutenção e reprodução - e o faz através da manipulação midiática em defesa da moralidade contra a corrupção patrimonialista. Unem-se para inviabilizar qualquer forma de ascensão das classes populares. Tentaram usar para isso o Programa Escola Sem Partido, colocado para análise como Projeto de Lei no Senado e Câmara Federal e em mais 19 Estados brasileiros, visando determinar que os educadores e educadoras não pudessem praticar *doutrinação política e ideológica* nas salas de aula brasileiras. De 2017 a 2020, o Superior Tribunal Federal declarou inconstitucionalidade em vários desses projetos aprovados em nível municipal e estadual, fazendo com que o fundador do Programa Escola Sem Partido, Miguel Nagib, desistisse da proposta e encerrasse os canais de comunicação do programa (AMORIM e OLIVEIRA, 2020). Entretanto, a ideia segue sendo debatida e compartilhada por setores conservadores da sociedade brasileira. Segundo Schlesener (2016), defender uma escola sem partido é defender uma educação despolitizada que esconde a política mais conservadora que se possa imaginar, “porque, em nome da neutralidade do conhecimento, se apresenta a seletividade de caráter político conservador” (SCHLESENER, 2016, p. 174). Para a autora, todo material utilizado na formação dos educandos e educandas tem conteúdo ideológico e “tudo o que se diz ilumina e esconde, ao mesmo tempo, a realidade abordada” (SCHLESENER, 2016, p. 174).

Do mesmo modo as Escolas Cívico-Militares², programa de iniciativa do Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com participação ativa de militares. Escolas essas que, segundo Lima (2020), andam na contramão da democracia, dificultando a socialização com o diferente, o exercício da cidadania e a valorização da diversidade. Mais uma das tentativas do Governo de Jair Messias Bolsonaro de barrar as escolas plurais e democráticas de seguirem existindo. O Ensino Domiciliar - Homeschooling³, que permite aos pais e responsáveis educarem seus filhos em casa, também está na pauta da agenda conservadora do governo para a educação, limitando as atividades de convivência social das crianças, reduzindo o número de experiências destas ao deixá-las apenas em ambiente familiar, reduzindo a possibilidade de auxílio a crianças vítimas de abuso ou violência doméstica, por exemplo. Zan (2019) nos auxilia nessa análise ao dizer que as políticas em curso no governo Bolsonaro servem a um projeto de país que prioriza o desmonte de conquistas sociais, concentração da riqueza, aprofundamento da desigualdade e dependência econômica, científica e tecnológica, em especial, aos Estados Unidos da América - EUA. “Vemos também a tentativa de cercear a liberdade de pensamento e os princípios democráticos em nossa sociedade. Em razão do projeto em pauta é que a *educação* passa a ser compreendida como a *grande inimiga do governo*” (ZAN, 2019, p. 48).

O presente artigo se mostra relevante por todos esses aspectos acima citados e também por demonstrar que temos vias de superação dessa conjuntura nacional e do caos educacional criado no Governo Bolsonaro, exemplo disso é o modelo de educação promovida pelo MST. Não queremos que essa escrita tenha um fim em si; pretendemos que ela seja lida como ponto de partida para novas investigações sobre a temática, que possa ajudar na construção do caminho da mudança. Desejamos que ela deixe como legado um sentido de possibilidade.

2 A EDUCAÇÃO DO MST

Paralelo à luta pela Educação do Campo, pública e gratuita, o MST inicia a luta pela educação do

² Para mais informações sobre as Escolas Cívico-Militares, sugerimos a leitura de SAMORA, Frederico. **A arte do golpe: cinco pontos para pensar as escolas cívico-militares**. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/24/artigo-or-a-arte-do-golpe-cinco-pontos-para-pensar-as-escolas-civico-militares/>>, onde são elencadas algumas questões centrais acerca dessa temática.

³ Para mais informações sobre o Ensino Domiciliar, sugerimos a leitura de FILHO, Luciano Freitas. **Em defesa da escola: reflexões sobre a Educação Domiciliar / homeschooling**. Disponível em <<https://www.justificando.com/2019/03/25/em-defesa-da-escola-reflexoes-sobre-a-educacao-domiciliar-homeschooling/>>, onde é feita uma análise sobre a educação domiciliar e a quem interessa a deslegitimação da escola.

povo Sem Terra, dentro dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Esta educação tem como centro do processo educacional a formação humana, a partir da autonomia dos sujeitos, de uma visão crítica da realidade, sendo a ação real dos Sem Terras, no cotidiano, a força motriz deste processo. Trazendo como princípio básico a luta pelo acesso à terra, o MST busca, através da educação, a formação de novos sujeitos capazes de transformar sua situação social; busca produzir um homem e uma mulher novos. A ênfase dada à educação dentro do Movimento Sem Terra vem da certeza que os mesmos possuem da necessidade de que o camponês possa, por si próprio, ser consciente e capaz de lutar por seus direitos e ideais.

Utilizamos o termo Pedagogia e não proposta pedagógica, fundamentadas na descrição que o próprio MST faz de sua educação. O MST destaca, em seus documentos referentes à educação, que possui uma pedagogia, que segundo ele “é o jeito através do qual o Movimento historicamente vem formando o sujeito social de nome Sem Terra, e que no dia a dia educa as pessoas que dele fazem parte” (MST, 2005, p. 200). E o princípio educativo central desta Pedagogia é o próprio movimento. O MST questiona por que falar em Pedagogia do Movimento Sem Terra e não mais em proposta de educação ou proposta pedagógica do MST? Esse questionamento é respondido pelo próprio MST, que afirma que: “a pedagogia do MST hoje é mais do que uma proposta. É uma prática viva, em movimento” (MST, 2005, p. 235). A Pedagogia do Movimento tem um duplo e articulado sentido. Primeiramente pode ser entendida como nome abreviado para a Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra, articulado a um segundo sentido, mais amplo, e em que os movimentos sociais são um local de formação de novos sujeitos da transformação social (CALDART, 2012). A Pedagogia do Movimento, segundo Caldart (2012, p. 548), “reafirma, para o nosso tempo, a radicalidade da concepção de educação, pensando-a como um processo de formação humana que acontece no movimento da práxis: o ser humano se forma transformando-se ao transformar o mundo” (Grifos nossos).

Como já citado, a expressão Pedagogia do Movimento é usada em um duplo e articulado sentido. Como nome abreviado de Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST sintetizando o trabalho de educação desenvolvido pelo Movimento, produzido por ele próprio desde sua dinâmica histórica. E o segundo sentido que se produz desde a base do primeiro, mas tem uma sutil distinção relacionada a objetivos mais amplos. “A Pedagogia do Movimento afirma os movimentos sociais como um lugar, ou um modo específico, de formação de sujeitos sociais coletivos que pode ser compreendida como um processo intensivo e historicamente determinado de formação humana” (CALDART, 2012, p. 548).

A Pedagogia do Movimento toma o processo formativo dos Sem Terra como objeto de sua pedagogia, “entendida aqui como teoria e prática da formação humana, reencontrando-se com sua questão originária: entender como se dá a constituição do ser humano, para nós, como ser social e histórico, processo que tem exatamente no movimento (historicidade) um dos seus componentes essenciais” (CALDART, 2012, p. 548).

Ainda de acordo com Caldart (2012), na origem da Pedagogia do Movimento está o trabalho educativo experienciado pelo MST, que “é o jeito pelo qual historicamente vem formando o sujeito social (coletivo) de nome Sem Terra” (CALDART, 2012, 548). Cabe destacar que na formulação inicial do conceito de Pedagogia do Movimento, o MST assumiu um desafio junto a outros movimentos sociais do campo de construir o projeto político pedagógico da Educação do Campo, o que, segundo Caldart (2012), demonstra que a Pedagogia do Movimento, embora construída a partir da experiência formativa do MST, “ia além dele, podendo se constituir como uma referência mais imediata de unificação da concepção formativa da nova articulação de luta das organizações camponesas pelo direito à educação” (CALDART, 2012, p. 550).

Caldart, Kolling e Vargas (2012, p. 507) destacam que das práticas e reflexões sobre finalidades educativas e métodos pedagógicos surgiram as formulações “dos princípios da educação no MST, com um conceito já ampliado de escola (que inclui a própria educação universitária), e foi elaborada uma Pedagogia do Movimento”. Segundo Caldart (2012, p. 553), “foi lutando pelo direito dos Sem Terra à escola e, ao mesmo tempo, buscando compreender as transformações necessárias nela para que se vinculasse às suas lutas e aos seus objetivos sociais mais amplos, que o MST chegou a entender a dimensão e a importância histórica do que pretendia”. Caldart destaca que:

O produto principal da Pedagogia do Movimento não é uma proposta de escola, e nem seu objetivo é esgotar a reflexão sobre ela e mesmo sobre a pedagogia. Porém consideramos que a Pedagogia do Movimento é a afirmação de uma concepção de educação que pode mexer bastante com os rumos da escola na direção dos interesses dos trabalhadores [...] Não será pouco se o encontro entre Pedagogia do Movimento e escola provocar uma reflexão sobre seus objetivos formativos e sobre as matrizes pedagógicas que deve acionar para realizar sua tarefa educativa específica, que implica o trabalho com determinadas formas de conhecimento, compondo o quadro global dessa estratégia mais ampla e integrando (por realizar também no seu interior) o movimento da práxis. No MST, foi exatamente a rediscussão das finalidades educativas da escola que acabou gerando uma reflexão sobre a necessidade e as possibilidades de transformação da forma escolar e da lógica do trabalho pedagógico que ali se realiza (CALDART, 2012, p. 554)

E através da rediscussão dos objetivos educacionais que o MST pretendia alcançar, segundo Caldart, a Pedagogia no Movimento Sem Terra cria-se a partir do

aprendizado de que o que educa os Sem Terra é o próprio movimento da luta, em suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas. A pedagogia da luta educa para uma postura diante da vida que é fundamental para a identidade de um lutador do povo: nada é impossível de mudar e quanto mais inconformada com o atual estado das coisas mais humana é a pessoa (CALDART, 1999, p.53).

Caldart (1999) destaca, ainda, que essa criação é a reelaboração dos saberes populares expressos no trabalho comum da vida do trabalhador rural, ou seja, o movimento utiliza o conhecimento social do Sem Terra como forma metodológica, contribuindo para o processo de identificação de classe. A educação é um dos pilares que viabiliza não só o estabelecimento do MST, como a promoção do sentimento de classe social dos Sem Terra. Para a autora o MST faz isso buscando a:

construção de um projeto de uma nova sociedade. Mais do que os movimentos camponeses de outros momentos da história brasileira, esse movimento busca superar os limites das reivindicações imediatas e definir um projeto global de transformação da sociedade. A partir da compreensão de que a dominação e exploração que sofrem são inerentes ao atual modelo de organização e desenvolvimento social, buscaram formular uma nova utopia social, onde seja possível superar todas as formas de opressão, dominação e exploração [...] não significa que o novo projeto de sociedade esteja pronto e acabado a priori. Ele vai sendo construído no transcorrer da construção do próprio movimento (CALDART, 1999, p. 75).

Sendo assim, verificamos que a educação no MST compreende duas dimensões: a da formação humana, que se destina a analisar criticamente os principais valores ideológicos que estruturam a ordem social vigente, para produzir, a partir desse conflito, uma síntese em que os valores coletivistas e humanistas estejam no centro (CALDART, 1999). Como destaca Poli, com essa forma de educar criam-se novos personagens:

[...] portadores de uma compreensão da política, da sociedade e da vida [...] o novo projeto social vai sendo construído a partir do presente, do redimensionamento das experiências cotidianas e da crítica às práticas organizativas centralizadas e burocráticas. Apontam, portanto, para um projeto alternativo em construção, que resulta das rupturas que estes grupos tentam estabelecer [...] sujeitos que demonstram capacidade de auto-organização e autodeterminação, que criam novos espaços políticos de participação, para além daqueles espaços tradicionais (POLI, 1999, p. 73).

E a segunda dimensão que é a da formação técnica, responsável pela capacitação específica para o trabalho, mas que não é descontextualizada do processo político e social de luta pela terra. O MST investe em uma educação que estimula o senso crítico e autônomo, mas para isso foi necessário, como identifica Poli (1999), uma nova postura frente à questão do conhecimento. Para o autor ainda:

Essa característica de priorizar o conhecimento e a compreensão do contexto social amplo e específico em que se encontram envolvidos, talvez seja um dos principais fatores que possibilitaram a emergência dos camponeses como novos sujeitos históricos, capazes de se auto representar no campo político e dispostos a participar na construção de sua história (POLI, 1999, p. 173).

No mesmo sentido, a autora destaca que:

Esta é a Pedagogia do Movimento Sem Terra, cujo sujeito educador principal é o próprio movimento, não apenas quando trabalha no campo específico da educação, mas fundamentalmente quando sua dinâmica de luta e de organização intencionaliza um projeto de formação humana. Há um processo formativo que começa com o enraizamento dos sem-terra (condição de trabalhador da terra desprovido dela) em uma coletividade, que não nega o seu passado e sinaliza um futuro que poderão ajudar a construir, e que continua no movimento contraditório, descontínuo, conflituoso de produção de uma identidade coletiva que vai mostrando a esses trabalhadores que o protagonismo de construção do futuro não será deles como indivíduos isolados, mas como sujeito coletivo, como classe. Esse processo é educativo, e seu motor é justamente uma coletividade em movimento que passa a produzir uma referência de objetivos para cada ação do cotidiano das pessoas concretas que a integram (CALDART, 2012, p. 549).

Como um “guia” das ações de educação, o MST formulou os *Princípios da Educação no MST* (MST, 2001), no Caderno de Educação número 8, revisando e atualizando o Boletim de Educação Número 1: *Como deve ser uma escola de assentamento*. Esses princípios são entendidos como “algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Nesse sentido eles são o começo, o ponto de partida das ações” (MST, 2001, p. 04). Dentre esses princípios encontramos os filosóficos e os pedagógicos, bem como as concepções gerais referentes à educação dentro das escolas do Movimento.

Quanto aos *princípios filosóficos*, estes tratam da educação para a transformação social, vinculada aos processos sociais que buscam a modificação da sociedade atual e a construção de uma nova ordem social. Segundo o MST:

Este é o horizonte que define o caráter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincula organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, a radicalidade democrática, e os valores humanistas e socialistas (MST, 2001, p. 6).

Essa definição tem algumas características que merecem destaque. Uma delas é a que se refere a uma educação de classe, onde não se esconda o compromisso de desenvolver a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto dos educandos e educandas como dos próprios educadores e educadoras. Ou seja, uma educação que se desenvolva ligada às lutas, aos objetivos do MST, impulsionando a participação mais ativa nos processos de mudança, onde as pessoas passam da crítica à ação organizada de intervenção na realidade. Para o Movimento essa educação deve ser “aberta para o mundo, ou seja, [...] uma proposta de educação do MST não quer dizer nos fecharmos nos limites da nossa realidade imediata ou de nossas lutas específicas” (MST, 2001, p. 6); o que, segundo o Movimento, não os levaria até seus objetivos maiores de mudanças estruturais de sociedade.

A educação do MST é também uma educação voltada para as várias dimensões da pessoa, com valores humanistas e socialistas, que ajudem na construção de um novo homem e de uma nova mulher

(MST, 2001). Assim, o MST (2001) vê a educação como um processo permanente de formação e transformação humana, levando em conta que é a existência social de cada pessoa que é o fundamento de sua educação; é a partir da vivência e consciência que as mudanças reais irão acontecer.

Os *princípios pedagógicos* relacionam prática e teoria. No MST a defesa dessa relação é fundamental na proposta educacional, buscando criar nos educandos a capacidade de relacionar todas as situações da vida, superando a visão de que a escola é lugar de conhecimentos teóricos para somente depois, fora dela, estes serem aplicados na prática.

Além disso, na educação, o MST utiliza a realidade como base da produção de conhecimento, não apenas restrita ao que os cerca, ao que vivem ou enxergam e sim ao mundo, partindo do assentamento ou acampamento como base. Criam-se assim princípios metodológicos diferentes dos tradicionais. A realidade além de ponto de partida é ponto de chegada: a transformação dessa realidade. Jesus (2006), ao analisar a educação nos movimentos sociais do campo, em especial o MST, nos diz que

Em relação aos conhecimentos, os movimentos partem da ideia de que é direito de todos e todas, tanto a apreensão do que tem sido historicamente produzido pela ciência, quanto o reconhecimento do que os próprios movimentos produzem nos diferentes contextos. No que diz respeito às formas de organização política e social, os movimentos aspiram a uma sociedade em que os interesses individuais se voltem para os interesses coletivos como condição de emancipação de uma coletividade, respeitando as diferenças e a diversidade das ideias. O poder partilhado é um dos objetivos desse processo de organização [...] Reconhecimento dos conhecimentos e saberes produzidos pelos sujeitos do campo e a sua reatualização com outros conhecimentos, bem como a compreensão de outras formas de produção do conhecimento científico (JESUS, 2006, p. 52).

Segundo o MST (2005, p. 83), é preciso desenvolver “uma metodologia, ou uma estratégia pedagógica adequada para conseguirmos atingir nossos objetivos. Criar um novo jeito de educar. Um novo jeito de aprender e ensinar”. O que leva a um grande desafio: “atender às necessidades e através desse processo ir produzindo os conhecimentos sobre a realidade e ampliando a visão de mundo das crianças e sua capacidade de transformar, de agir sobre a realidade; a mais próxima e a mais distante” (MST, 2005, p. 84). E isso se torna possível partindo da prática e retornando a ela com uma carga de conhecimento científico antes não presente. E essas práticas se tornam *objetos geradores*, “ou seja, as ações das crianças sobre um determinado objeto da realidade e as respostas deste objeto diante de cada passo da ação, vão conduzindo o processo de aprendizagem das crianças” (MST, 2005, p. 85). É preciso um ensino que leve a aprendizagens significativas para os educandos e educandas e ao conhecimento científico da realidade do Sem Terra, da sociedade e do mundo.

Nesse ponto o MST destaca que em sua educação há um vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; “tudo que fazemos é político” (MST, 2001, p. 16), pois encontra-se inserido em um “jogo de forças sociais que disputam o poder no conjunto da sociedade” (MST, 2001, p. 16). Para o MST (2001, p. 17) “a educação é sempre uma prática política, à medida que se insere dentro de um projeto de transformação ou de conservação social”.

Para o MST:

Vínculo orgânico entre educação e política significa fazer a política entrar/atravessar os processos pedagógicos que acontecem nas escolas, nos cursos de formação. É bem mais, então, do que conversar sobre questões políticas. É conseguir trabalhar pelo menos algumas das seguintes dimensões:

- a) Alimentar a indignação ética diante das situações de injustiça e de indignidade humanas. Ou seja, não podemos perder a sensibilidade frente à lógica da violência, da exclusão, da impunidade que está sendo imposta pelo modelo de sociedade atual [...] além disso, é preciso canalizar este

- sentimento de indignação para o despertar da necessidade de mudanças, tanto na sociedade como em cada pessoa ou em cada um de nós;
- b) Desenvolver atividades e estudar conteúdos voltados intencionalmente à formação político-ideológica dos/das estudantes[...];
 - c) Estimular e participar junto de lutas sociais concretas de outros trabalhadores de outras categorias, como forma de educar para a solidariedade de classe;
 - d) Incentivar os/as estudantes para que se organizem e aprendam também a lutar pelos seus direitos[...];
 - e) Desenvolver processos de crítica e autocrítica coletiva e pessoal, visando avançar na coerência entre o discurso político e a prática política [...];
 - f) Chegar a ser militante! Esta é a meta, porque nada mais efetivo no aprendizado político do que pertencer a uma organização. Pertencer a uma organização é assumir seu caráter, seus princípios, seus objetivos, e estar disposto a realizar as tarefas que lhe são confiadas[...] esta é, sem dúvida, uma dimensão fundamental de uma educação que se pretenda comprometida com a transformação social. E será tanto mais pedagogicamente eficaz, se for compartilhada por educadores/educadoras e educandos/educandas (MST, 2001, p. 17).

3 CURRÍCULO DO MST: POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

A construção do currículo leva em conta o objetivo da transformação social e da emancipação humana dos homens e mulheres presentes no processo de ensino aprendizagem. Freire e Shor (1986) nos dizem que o que encontramos normalmente é um currículo não valorativo, isento de ideologia ou política; um currículo que, no máximo, é apresentado do ponto de vista do sistema. “Os estudantes são formados para ser operários ou profissionais liberais que deixam a política para os políticos profissionais” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 24). Segundo os autores, ainda, esse currículo falsamente neutro forma os educandos e educandas para observar as coisas sem julgá-las, ou “para ver o mundo de acordo com o consenso oficial, para executar ordens sem questioná-las, como se a sociedade existente fosse fixa e perfeita” (FREIRE e SHOR, 1986, p 24).

Libâneo, Et.al (2019) destacam que a discussão curricular é inseparável das finalidades e objetivos da educação escolar, pois a definição do currículo antecede e guia as decisões que serão tomadas posteriormente com relação à formação dos alunos, políticas e gestão das escolas, diretrizes de formação, avaliação das aprendizagens, etc., questões essas que interferem diretamente na vida dos educadores, educadoras, educandos e educandas.

O conhecimento nas Escolas do MST é dinâmico: modifica-se, reestrutura-se a partir de novas descobertas, do surgimento de novos temas e até mesmo de novas formas de ler conteúdos já conhecidos. Não se deve pensar em um tema desligado de seu contexto, porém, conscientes da impossibilidade de resgatar todos os conteúdos existentes, a preferência vai para os socialmente úteis, que permitam compreender e apontar transformações, para o agora e para o futuro. Trata-se, pois, de compreender as próprias transformações (MST, 2001). Quanto às bases a que objetiva a educação do MST, o primeiro pilar é a educação para a transformação social. Segundo o próprio Movimento seu compromisso histórico é explícito, fazendo parte da classe trabalhadora visam chegar à transformação radical da sociedade, restaurando a dignidade humana à maioria da população (MST, 2005, p. 140). E para isso é necessário que seu currículo seja construído observando esse objetivo primordial. Assim, segundo o MST:

Isto quer dizer, que nossa escola deve se colocar a serviço de um projeto político popular, garantindo no seu currículo: 1º) conteúdos críticos nas várias disciplinas, na perspectiva da conscientização política e formação ideológica dos jovens e da comunidade escolar; 2º) métodos de ensino que permitam aos alunos expressar suas ideias, questões, posições, desenvolvendo habilidades de expressão, de

discussão, de argumentação, educando sujeitos; 3º) atividades político-culturais diversas que trabalhem o conjunto da comunidade, ajudando na construção da identidade cultural dos assentados ou de outros trabalhadores rurais envolvidos; 4º) a presença sistemática de dirigentes do MST e de outros Movimentos Populares, para participar de algumas aulas e atividades político-culturais, socializando seus conhecimentos sobre a luta, a conjuntura nacional, internacional, a produção... 5º) o cultivo à arte em suas mais variadas formas de expressão, como elemento humanizador e estimulador da criatividade e da disciplina; 6º) o estímulo à participação e à criação de jogos esportivos, como forma de lazer, de desenvolvimento físico e motor, de cultivo do espírito de iniciativa, de disciplina e de competição sadia. Prioridade aos jogos e esportes que exijam desempenho coletivo e não apenas individual (MST, 2005, p. 140-141).

Além da educação visando a transformação social o MST valoriza a educação da postura e da ética, preconizando comportamentos, modos e valores que caracterizem a personalidade de quem é o sujeito da nova sociedade e das novas relações interpessoais “baseadas na igualdade, na solidariedade, na honestidade, no rigor, na disciplina, na disposição ao trabalho, na ousadia, na fidelidade, na ternura entre as pessoas, entre os coletivos, entre os povos” (MST, 2005, p. 143).

Para o MST currículo é “o conjunto de atividades educativas realizadas na escola. Vai desde a lista de disciplinas e conteúdos a serem desenvolvidos, até atividades culturais ou de lazer, proporcionadas pela organização” (MST, 2005, p. 143), não desvinculado da análise política da realidade. O MST afirma que:

O currículo tem conteúdo, mas não é só isso. O currículo é um conjunto de práticas que são desenvolvidos de forma planejada pelo coletivo da escola. Na nossa proposta queremos romper com a educação tradicional que organiza o currículo em torno de conteúdos retirados dos livros. Conteúdos que são despejados na cabeça das crianças, sem preocupação com alguma relação entre esses conteúdos e a realidade

O MST ainda destaca que:

O nosso currículo deve ser desenvolvido a partir da realidade próxima das crianças e através das experiências práticas [...] A primeira coisa que precisamos entender é que a criança não aprende apenas quando está na sala de aula estudando [...] a nossa escola não pode se preocupar apenas com o que acontece nas aulas (MST, 2001, p. 02).

No MST isto é feito através de *temas geradores* que são questões extraídas da realidade em torno das quais se desenvolve uma unidade de estudos, com conteúdos, didáticas e práticas concretas dos educandos e educandas, todas integradas. Partir da realidade já conhecida dos estudantes e ir ligando-a com novas informações, estudos e discussões, chegando à realidade nacional e mundial (MST, 2001). Essa escolha não é feita de forma neutra. Segundo o MST (2001, p. 15) “ela tem a ver com nossos objetivos educacionais mais amplos. Se dizemos: conteúdos formativos socialmente úteis, é porque no nosso entendimento, nem todos os conteúdos são igualmente formativos e nem todos são socialmente úteis”. Segundo o MST:

Trata-se de utilizar o princípio da justiça social também nesta dimensão, ou seja, selecionar conteúdos que estejam na perspectiva da distribuição igualitária dos conhecimentos produzidos pela humanidade [...] que tenham a potencialidade pedagógica para educar os cidadãos e cidadãs da transformação social (MST, 2001, p. 15).

O ensino deve partir da prática e através dela chegar ao conhecimento científico. O Movimento destaca que a prática é um ponto de partida e um ponto de chegada, pois se parte dela para chegar ao conhecimento científico e através desse conhecimento se produz uma nova prática no acampamento, no

assentamento, na sociedade. O MST (2005, p. 83) destaca que “partir da prática é começar identificando os principais desafios e as necessidades da comunidade de que faz parte da escola. E fazer deles a matéria-prima básica para organizar as atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem”. E complementam essa ideia ao afirmar que “trazendo a vida para dentro da escola, as crianças se educam para entender e sentir melhor esta vida, participando da busca de soluções para os seus mais diversos tipos de problemas” (MST, 2005, p. 83). Nas palavras do MST (2001, p. 11), é preciso organizar o currículo em torno de situações que exijam respostas práticas dos educandos “respostas que só saberão dar [...] se pensarem bastante para relacionar o que encontram nos livros, com o que a professora está dizendo, com coisas que os pais já disseram [...] com o que estão discutindo entre eles”.

E para isso o Movimento apresenta sugestões em algumas das dimensões que integram a organização curricular. O MST (1991, p. 04) afirma que “isto não quer dizer que a escola não tenha lista mínima dos conteúdos de cada matéria, ou de cada área”. Deve ter. Só que o mais importante não é conseguir a qualquer custo seguir toda lista” e complementam tal ideia afirmando que “o mais importante é fazer avançar o conhecimento das crianças sobre a realidade próxima e a distante” (MST, 1991, p. 4). Segundo o MST além das disciplinas tradicionais e obrigatórias:

Na chamada parte diversificada do currículo (que pode variar de escola para escola, a partir de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação), nossa sugestão é que se analise a possibilidade de incluir as seguintes disciplinas: • Filosofia; • Sociologia; • Psicologia; • Técnicas agropecuárias (considerando as necessidades da região e as idades dos alunos); • Cooperativismo; • Agroindústria; • Administração Rural; • Contabilidade; • Metodologia de Trabalho de Base; • Noções de Economia; • Educação Ambiental. Não se trata de incluir, necessariamente todas essas, mas sim, optar a partir da realidade específica de cada região, distribuindo-as entre diversas séries e dando maior carga horária àquelas consideradas mais úteis e significativas neste contexto. Também pode-se pensar na junção entre algumas delas, evitando um número muito grande de disciplinas com carga horária reduzida (MST, 2005, p. 143).

Além dessas sugestões, o MST ainda indica a possibilidade de se trabalhar eixos temáticos, que para o Movimento são grandes temas ou assuntos, que dizem respeito à realidade que é comum ao conjunto das escolas que se relacionam com o MST; e que se forem estudados e discutidos por todas elas, poderão contribuir para a unidade e identidade nacional. “Chamamos de eixos temáticos e não de conteúdos, porque não se encaixam numa só disciplina, mas sim requerem uma abordagem interdisciplinar, ou seja, rompe com aquela separação estanque que costuma haver entre as disciplinas” (MST, 2005, p. 144).

O MST sugere também os tempos ou tipos de atividades que podem compor o currículo, respeitando as condições objetivas de cada escola e, também, a carga horária em que os alunos ficarão envolvidos com a escola. “Esta é uma das discussões fundamentais a serem feitas com a comunidade” (MST, 2005, p. 145). Dentre as sugestões destacamos: *aula*, tempo reservado ao desenvolvimento das disciplinas; *trabalho na escola*, tempo dedicado pelos alunos às atividades relacionadas com a manutenção da escola; *auto-organização*, tempo para que os educandos e educandas se reúnam para discutir temas referentes a sua participação democrática na gestão da escola; *complementação de estudos*, que sempre que possível deve ser feito na escola formando grupos de estudo para que os alunos se auxiliem na aprendizagem; *atividades político-culturais, artísticas ou políticas*, como análise de conjuntura, por exemplo; *oficinas de capacitação*, com cursos práticos e técnicos que auxiliem os alunos na vida prática.

Quanto ao tempo *aula*, o MST traz uma observação em relação ao seu cronograma:

As experiências têm mostrado os limites dos períodos de 45 minutos, especialmente para as disciplinas que acabam ficando com apenas um período por dia. Fica difícil desenvolver uma aula diferente, ou mesmo um tipo de método de ensino mais participativo, em tão pouco tempo. A sugestão é que nas

escolas, onde for possível alterar este tipo de cronograma, se opte por desenvolver duas disciplinas por dia, o que daria pelo menos 90 minutos, para cada disciplina, ou até duas horas, dependendo do número de períodos que a carga horária legal preveja por dia (MST, 2005, p. 147).

As demais atividades devem ser discutidas coletivamente quanto ao seu modelo e quanto ao seu tempo, duração, horários, etc. O MST destaca por fim que:

Dá para ver que este nosso currículo tem pelo menos duas diferenças importantes em relação aos currículos tradicionais: 1) Tiramos o centro do processo de aprendizagem e de ensino da sala de aula: aprendemos e ensinamos a partir da prática onde quer que ela aconteça. [...] 2) Tiramos o foco dos conteúdos. Os conteúdos [...] passam a ser escolhidos em função de necessidades que a prática vai criando ou em função de temas que se relacionam com as necessidades coletivas (MST, 1991, p. 03-04).

Ao analisarem o currículo do MST, Paraíso e Ribeiro (2015), em seu artigo *Currículo e MST: conflitos de saberes e estratégias na produção de sujeitos*, afirmam ser possível perceber que, apesar das relações de poder-saber forjadas pelo currículo das escolas do MST serem pautadas pela presença dos conhecimentos autorizados “[...] há ali um grande esforço em introduzir e ensinar outros saberes que contribuem para divulgar e produzir o sujeito Sem Terra” (PARAISO e RIBEIRO, 2015, p. 789).

Sendo assim, Paraíso e Ribeiro (2015) destacam que nessa composição de saberes, os conhecimentos ditos não escolares ganham presença e modificam o currículo praticado, mesmo que trabalhados dentro das disciplinas curriculares. De acordo com os autores, apesar de ser um currículo marcado pela presença predominante dos conhecimentos autorizados, “[...] há ali um esforço de ensinar outros saberes que contribuem para disponibilizar algumas posições de sujeito que são de importância estratégica para a produção do sujeito Sem Terra” (PARAISO e RIBEIRO, 2015, p. 785). E afirmam ainda que apesar das práticas curriculares das escolas do MST não proporem conhecimentos distintos para os Sem Terra, acabam por produzir uma orientação e uma maneira diferenciada de tratar estes conhecimentos (PARAISO e RIBEIRO, 2015).

Acreditamos que esse seja um dos pontos fortes do currículo do MST e que o diferencia dos currículos tradicionais, o centro do processo de ensino aprendizagem e o foco para além dos conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserido em um contexto de sociedade e de educação capitalistas e que atuam em função de manter o *status quo*, o MST enfrenta, primeiramente, o desafio de estar dentro dessa sociedade, e depois de alterar essa situação através de seus militantes, não somente na esfera cultural e educacional, mas também econômica e política. Apesar dessa realidade, não é possível deixar de reconhecer que há na educação do MST uma visão nítida de que só se chegará à libertação dessas amarras através da educação e da conscientização política e social; é preciso que o Sem Terra perceba e conheça mais a fundo o processo de exclusão e opressão a que é submetido, e crie uma visão emancipatória e de transformação, humana e social, inspirada em pensadores como Paulo Freire. Essa educação não está pronta e acabada, necessita, também por estar inserida em uma sociedade capitalista, ser repensada e remodelada sempre que necessário, mas feita com compromisso e relacionando a teoria e a prática em toda ação educativa. E, já que inserido em um contexto social, político e econômico desfavorável, o MST percebe e insiste para que a educação dentro do Movimento seja essencialmente relacionada e focada na transformação humana e na/para a transformação social.

O MST afirma que sua herança será bem mais do que a terra,

será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo, de todos os tempos, todos os lugares. É enquanto produto de uma obra educativa que os Sem Terra podem ser vistos como mais um elo que se forma em uma longa tradição de lutadores sociais que fazem a história da humanidade.

Enraizamento no passado e projeto de futuro (MST, 2005, p. 236).

Posto isso e por reconhecermos a “influência dos movimentos sociais na conformação da consciência popular do direito à educação básica, à escola pública” (ARROYO, 2003, p. 29), buscamos no currículo da Pedagogia do MST razões para acreditar. Segundo Arroyo (2003, p. 30) “a ampliação e democratização da educação básica e a inserção dos setores populares na escola pública teve como um dos mais decisivos determinantes a pressão dos movimentos sociais”; destacando que “os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos [...] A escola vai deixando de ser vista como uma dádiva da política clientelística e vai sendo exigida como um direito”. Acreditamos na escola deste mesmo modo, como um direito e não como uma dádiva, e compreendemos a ação popular como caminho para a melhoria da educação, entendendo, assim como Arroyo (2003), que os movimentos sociais reeducam o pensamento educacional, e auxiliam na reconstrução mesma da Educação Básica.

Baseados na crença de que a escola não deve cumprir simplesmente um papel de validação e de reprodução dos interesses da classe dominante; e de que a escola pode ser reinventada, que deve ser vista e analisada como uma questão pública, compreendendo e seguindo os passos das pressões populares, nos propomos a buscar nas experiências do MST possibilidades para essas mudanças analisando o currículo de sua pedagogia. E o fazemos acreditando que “isso não é apenas um problema para os educadores. É uma questão pública, um problema que afeta a todos nós”, e cientes de que “para nós, ela é uma invenção particularmente digna de defesa” (MASSECHELEIN e SIMONS, 2014, p. 82). Sendo assim, “devemos experimentar novas técnicas e também novos métodos de trabalho” (MASSECHELEIN e SIMONS, 2014, p. 87), e esperamos que o currículo da Pedagogia do Movimento possa servir de instrumento auxiliar nesse processo. Schlesener (2016, p. 120) nos lembra que “sabe-se que se trata de uma relação extremamente desigual, mas a criação de formas de resistência não é impossível”.

Na atual conjuntura nacional, é de suma importância que a docência e a escola sejam um foco de resistência, que as aulas se tornem o local de construção da criticidade necessária aos nossos educandos e educandas, que a educação se torne um meio para alcançarmos a transformação social, estrutural, que vá além das meras reformas. É preciso que educadores e educadoras se munam da teoria necessária para tornar sua prática ferramenta de desconstrução da supremacia da classe dominante, que ao dominar economicamente, domina também a educação, a cultura, os comportamentos, etc. A escola não pode se privar da carga que carrega nessa batalha de construção de uma nova sociedade; é sabido que ela sozinha não fará o trabalho todo, mas há a certeza de que sem ela não haverá transformação alguma.

E escrevemos na esperança, aquela do verbo esperar que Freire nos ensinou, de que essa escrita possa ser um instrumento auxiliar rumo à transformação social. Esperançamos que possamos contribuir na construção de um mundo mais humano, justo, igualitário e bonito.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Pedagogias em movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento dos Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALDART, Roseli. *Et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina. MST e Educação. In: CALDART, Roseli. *Et al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 502-509.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. As múltiplas inteligibilidades na produção dos conhecimentos, práticas sociais e estratégias de inclusão e participação dos movimentos sociais e sindicais do campo. P. 50-59. in MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa** - Questões para reflexão - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA, 2006.

LIMA, Iana Gomes de. **Escolas cívico-militares: na contramão da democracia**. Disponível em <<<https://www.ufrgs.br/jornal/escolas-civico-militares-na-contramao-da-democracia/>>>. Acesso em

27/11/2020.

AMORIM, Felipe; OLIVEIRA, Marcelo. **STF decide que lei inspirada no Escola sem Partido é inconstitucional**. Disponível em << <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/stf-tem-maioria-contra-lei-de-alagoas-inspirada-no-escola-sem-partido.htm>>>. Acesso em 10/10/2020.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel Aparecida Marra da Madeira. **Abstração, generalização e formação de conceitos no processo de ensino e aprendizagem**. In: PUENTES, Roberto Valdés; LONGAREZI, Andréa Maturano (Orgs.). Ensino desenvolvimental: sistema Elkonin-Davidov-Repkin. Campinas: Mercado de Letras; Uberlândia: Edufu, 2019, p. 213-240.

MASSECHELEIN, Jan. SIMONS, Marteen. **Em defesa da escola: uma questão pública**. 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica, 2014.

MST. **A escola da luta pela terra**. Curitiba: Setor de Educação do MST, 2010.

MST. Como fazer a escola que queremos? **Caderno de Educação n° 1**. Paraná: Setor de Educação, 1991.

MST. Dossiê MST Escola: Documentos e estudos 1990-2001. **Caderno de Educação n° 13**. Veranópolis, RS: ITERRA: 2005.

MST. Princípios da educação no MST. **Caderno de educação n° 08**. São Paulo: Setor de Educação, 2001.

PARAÍSO, Mar Lucy Alves. RIBEIRO, Vândiner. Currículo e MST: conflitos de saberes e estratégias na produção de sujeitos. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 785-808, jul./set. 2015.

POLI, Odilon Luiz. **Leituras em Movimentos Sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

SCHLESENER, Anita Helena. **Grilhões Invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZAN, Dirce. Políticas educacionais em Tempos de “Democracia em Vertigem”. In: CNTE. **9ª Conferência de Educação Paulo Freire: em defesa de uma educação libertária e democrática: construindo o movimento pedagógico Latino Americano**. Brasília: CNTE, 2019. P. 35-50



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).